



## **Intervenção sobre a Petição nº 16/2018 - ‘Pelo comércio de proximidade - Pela nossa sobrevivência’, na Assembleia Municipal de Lisboa de 30 de Outubro de 2018**

Da petição ‘Pelo comércio de proximidade - Pela nossa sobrevivência’ sobressai a enorme preocupação pela permanência das actividades económicas na Rua de São Lázaro e das famílias que ali subsistem. Por isso, “Os Verdes” começam por saudar este alerta dos peticionários, que reagem à ameaça de despejo por parte da senhoria: a própria CML.

Os lojistas desta zona da cidade, quase sinónimo de grande armazém de produtos para venda a retalho fabricados em Portugal, e não só, que se organizaram na Associação Comércio Tradicional Rua de São Lázaro, lembram que as propostas de indemnização oferecidas pela CML são muito baixas e que a CML promoveu a reabilitação do edificado no pressuposto de que eles já lá não estariam.

Na origem desta medida encontra-se o Programa Renda Acessível, apresentado em 6/4/2016, que prevê parcerias entre o Município e o sector privado, cabendo à CML disponibilizar terrenos e edifícios de que seja proprietária, e ao privado construir ou reabilitá-los.

Acontece que, como sintetiza a CML na descrição do projecto, na Rua de São Lázaro existe uma expressiva concentração de imóveis municipais contíguos, constituídos por edificações de várias épocas construtivas, dos séculos XVII a XIX, nos quais o executivo pretende intervir em 16 edifícios, num total de 126 fogos, com o objectivo de, assim disserta a CML, os preservar, reforçando o seu valor patrimonial.

No caso presente, trata-se de uma área superior a 7.200 m<sup>2</sup>, contígua à Praça do Martim Moniz, onde a CML pretende ver reabilitados, com uma outra qualidade habitacional, os espaços comerciais nos edifícios a intervencionar e criadas novas lojas nos edifícios a construir. No entanto, as casas de renda acessível da CML irão expulsar os lojistas daquela rua, em vez de, de novo, lhes poderem vir a ser cedidas parte das novas lojas a edificar no local.

O projecto, que será implementado após recurso a concurso público e adjudicação a parceiros privados, terá, entretanto, sido ganho pela empresa Brightempathy, Lda, entre um conjunto de quatro propostas apresentadas.

Como, em breve, os lojistas da Rua de São Lázaro vão ter de sair para darem lugar a habitações do Programa Renda Acessível, dizem-se injustiçados pela falta de alternativas no local apresentadas pela senhoria, ou seja, a própria CML. Queixam-se de a autarquia só negociar com base na opção de saída, ter pouca disponibilidade para os receber e lhes oferecer indemnizações que consideram “ridículas”.

Alegam que desde há muitos anos têm vindo a contribuir para o desenvolvimento da economia no local, tendo ainda investido na recuperação dos imóveis, de modo a impedir a sua degradação. E recordam que têm muitos clientes que chegam de várias partes do País e dos próprios PALOP, pelo que, se a CML os obrigar a fechar, dezenas de pessoas poderão



perder o seu posto de trabalho, para além das fábricas portuguesas que, cedo ou tarde, acabarão também por encerrar, pondo inclusive em causa a produção nacional.

O que pretendem com a petição é afinal muito simples: serem ouvidos pelo Município de modo a permitir-lhes candidatarem-se a que lhes sejam atribuídos os rés-do-chão reabilitados, a fim de continuarem os seus negócios no local. Não pretendem impugnar o Programa de Renda Acessível, mas sim serem nele integrados, o que consideram seria uma medida de inteira justiça.

Julgam estar a ser despejados por um projecto da CML de mãos dadas com os privados, em prédios cujo valor disparou, valendo agora milhões €, e que atrai o súbito interesse dos privados. Estranham, por isso, a contradição da CML em muito falar de protecção do comércio tradicional, mas expulsando, afinal, um tipo particular de negócio que se tornou raro em Lisboa, visto outras lojas semelhantes da Baixa terem já, entretanto, encerrado.

Considerando que os comerciantes se mantêm dispostos a negociar com a autarquia, de forma a que seja encontrado um melhor desenlace, consoante cada caso concreto, “Os Verdes” consideram os despejos despropositados e que uma solução consensual e mais bem ponderada passaria por ser elaborado um projecto que englobasse tanto as novas edificações, como a permanência das lojas de retalho naquela mesma zona.

Daí o agradecimento do GM de “Os Verdes” aos peticionários por permitirem trazer este tema a debate, para que sejam salvaguardadas as actividades económicas da Rua de São Lázaro e a sobrevivência de quem ali vem trabalhando há décadas.

**J. L. Sobreira Antunes**

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”